

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Desde há bastante tempo que variadíssimos conselheiros das comunidades portuguesas e outros dirigentes comunitários têm vindo a denunciar a delicadíssima situação que se vive na rede consular portuguesa em diferentes países, um pouco por todo o Mundo, com uma degradação assinalável do atendimento ao público.

Também nós temos referido, em diversas circunstâncias, que a generalidade dos nossos postos consulares tem hoje necessidades que se agravam de mês para mês, com equipamentos essenciais para o seu funcionamento avariados há imenso tempo, com carências crescentes de pessoal, sem chefias intermédias e, em vários casos, sem capacidade para concretizar o indispensável plano de permanências consulares.

O atual Governo, através dos responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem anunciado sucessivas medidas para corrigir esta difícilíssima situação, mas a verdade é que a sua execução tem vindo a ser adiada em resultado de medidas orçamentais excessivamente restritivas e desvalorizadoras do serviço público.

Desta forma, a redução do horário semanal dos funcionários, o normal processo de aposentação e o desinvestimento na contratualização externa dos centros de atendimento telefónico e eletrónico traduziram-se, nos últimos dois anos, numa redução real de mais de 200 colaboradores da rede externa, o que se repercute hoje no gritante aumento das dificuldades de atendimento.

Claro que esta situação penaliza fortemente as Comunidades Portuguesas no estrangeiro, que em certos países são obrigados a esperar largos meses pelo simples atendimento para atos administrativos muito simples, e os estrangeiros que pretendem visitar o nosso País, que muitas vezes se veem impedidos de obter os respetivos vistos em tempo útil, com graves implicações para a nossa economia.

Exemplos como o dos consulados da Venezuela, em que a os processos de novas nacionalidades chegam a ter atrasos de mais de um ano e meio, dos postos do Reino Unido, em que o atendimento para simples documentos de identificação continua a ser quase impossível, ou do Rio de Janeiro ou Salvador, em que a obtenção de vistos demora largos meses, começam hoje a ser generalizados, mesmo em locais em que, até há bem pouco tempo, quase não havia problemas.

Assim, de acordo com as disposições legais e regimentais aplicáveis, vimos solicitar, através de Vossa Ex<sup>a</sup>, ao Ministro das Finanças, enquanto responsável pela gestão orçamental de todo o Governo, incluindo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e pela política de administração dos recursos humanos da nossa rede diplomática e consular, que nos sejam dadas as seguintes informações:

1. Quantos funcionários técnicos e administrativos serão recrutados no corrente ano para os postos consulares portugueses no estrangeiro?
2. Em que postos serão colocados?
3. Quando ocorrerão os sucessivamente anunciados concursos para chefes de chancelaria para os postos que neste momento não possuem chefias intermédias?
4. Quantos novos funcionários técnicos e administrativos foram admitidos desde 2016 para os serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros?

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2018

Deputado(a)s

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

CARLOS PÁSCOA GONÇALVES(PSD)